

Cristiane Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Email: cristiane.costa@eco.ufrj.br

Maria Luise Brey

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Email:
marialuise.assis@discente.eco.ufrj.br

Luana Neves Azevedo

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Email:
luana.azevedo@discente.eco.ufrj.br



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

Anatomia de uma teoria da conspiração: O papel de Euclides da Cunha na divulgação de que Canudos seria o epicentro de um movimento de restauração monarquista patrocinado por potências internacionais

Anatomy of a conspiracy theory:
Euclides da Cunha's role in the
propagation that Canudos would be the
epicenter of a monarchist restoration
movement sponsored by major
international powers

COSTA, C.; BREY, M.L.; AZEVEDO, L. Anatomia de uma teoria da conspiração: O papel de Euclides da Cunha na divulgação de que Canudos seria o epicentro de um movimento de restauração monarquista patrocinado por potências internacionais. Revista Eco-Pós, v. 25, n. 2, 2022, p. 213-237. DOI: 10.29146/ecops.v25i2.27904

RESUMO

É possível reler a Guerra de Canudos como fruto de uma teoria da conspiração? A partir dos indícios revelados por uma série de sete artigos publicados por dois militares no jornal *O Paiz* em 1897, os irmãos Moraes Rego, este estudo se propõe a reconstituir em detalhes como se levantou a suspeita de que Antonio Conselheiro fazia parte de um grande complô internacional para restaurar a monarquia no Brasil. E, assim, discutir o papel da imprensa e do jornalista e escritor Euclides da Cunha na divulgação de notícias falsas que acabariam colocando a opinião pública do país contra Canudos.

PALAVRAS-CHAVE: *Guerra de Canudos. Euclides da Cunha. Jornalismo. Teoria da conspiração.*

ABSTRACT

Is it possible to reread the Canudos' War as a consequence of a conspiracy theory? Based on the pieces of evidence revealed by a series of seven articles published by two military army, in the newspaper *O Paiz*, in 1897, this research tries to reconstitute in detail how the suspicion that Antonio Conselheiro was part of an international plot to restore the monarchy in Brazil was raised. It also discusses the role that the press at large and the journalist and author Euclides da Cunha played in the dissemination of fake news that would end up putting the national public opinion against Canudos.

KEYWORDS: *Canudos War; Euclides da Cunha; Journalism; Conspiracy theory.*

Submetido em 21 de Junho de 2022

Aceito em 17 de Setembro de 2022

Introdução

Em setembro de 1897, o jornal *O Paiz* (fig. 1, abaixo) publicou sete artigos na primeira página, assinados pelos irmãos Moraes Rego, ambos militares. Os artigos tinham este tom:

Pretender julgar Canudos isoladamente é um erro grosseiro, que só pode levar-nos a consequências absurdas e disparatadas; afirmar que aquele facto gravíssimo não está ligado a um plano geral de restauração monárquica, pela simples razão de ninguém ter lá visto monarquistas, é indício de uma ingenuidade, um acanhamento de espírito, uma superficialidade de julgamento a fazer rir os nossos próprios adversários (Moraes Rego, 1897a, p.1).

Como uma sequência digna das polêmicas *threads*¹ do *Twitter*, os autores desfiaram nos dias 3, 5, 7, 9, 12, 14 e 22 os detalhes de uma hoje inacreditável teoria da conspiração monarquista patrocinada por grandes potências europeias para restaurar o império no Brasil, treinando e armando com tecnologia de ponta guerrilheiros num lugarejo longínquo do sertão. Mas foi essa suspeita espalhada de forma alarmista pela imprensa da época estopim para a transformação de um conflito local em torno da compra de madeira numa das mais sangrentas guerras de toda a história do país.

Euclides da Cunha chama o que aconteceu de um crime contra a nacionalidade em seu livro *Os Sertões*, lançado em 1902, cinco anos depois de terminada a Guerra de Canudos (Cunha, 2018).² No entanto, seus artigos e reportagens publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1897 contam uma outra história. As mais de 600 páginas do livro que ele descreve como vingador de certa forma acabariam por encobrir o fato de que, enquanto jornalista, Euclides da Cunha foi um dos propagadores da teoria da teoria da conspiração monarquista e defendeu o abate dos “fanáticos” seguidores do líder religioso Antônio Conselheiro “com as fulgurações da metralha e o cintilar vivíssimo de espadas” (Cunha, 2000, p. 68).

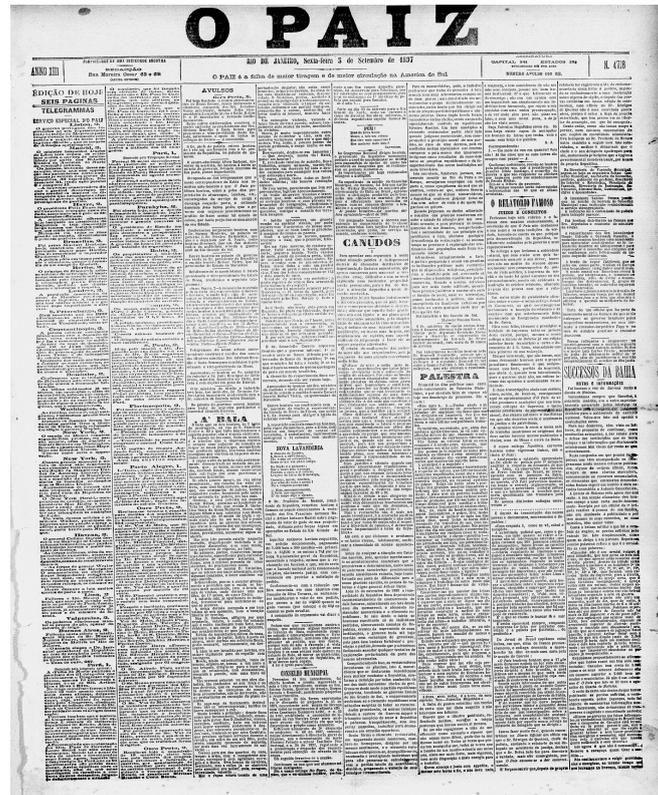
O abalo das convicções republicanas de Euclides da Cunha – seja pela desilusão com os militares, seja pelo desencanto com os governos civis – fez com que produzisse duas visões distintas dos episódios de Canudos. Em sua cobertura jornalística, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, defendeu a intervenção do governo, apoiou o Exército e condenou de forma veemente os jagunços, (...) anos mais tarde lançou *Os Sertões* e, agora, acusava os militares e o Estado de terem realizado um massacre e conta, de maneira aterradora, como os

¹ A expressão, que literalmente quer dizer fio condutor, quando aplicada ao *Twitter*, rede social que limita cada postagem a 280 caracteres, tem o objetivo de contar uma história por meio de várias publicações conectadas em sequência.

² Embora a data da primeira edição seja 1902, neste artigo usaremos uma edição recente: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices: Leopoldo Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

sertanejos de Canudos foram eliminados. Na obra de Euclides da Cunha existem duas guerras de Canudos: uma em que o Exército cumpre seu papel republicano e civilizador; outra em que protagoniza um massacre em nome da civilização (Almeida, 2009, s/p).

Figura 1 – capa da edição de 3 de setembro de 1897 do jornal *O Paiz*, com o primeiro dos sete artigos assinados pelos irmãos Moraes Rego



MORAES REGO, Majores. Canudos I. In: *O Paiz* nº 4718, p.1. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1897.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Hoje é perceptível que a suposta conspiração restauradora se tratava de uma típica estratégia diversionista, uma narrativa fantasiosa usada para explicar a até então inexplicável derrota de três expedições militares enviadas à Bahia com o objetivo de enfrentar os conselheiristas. Para criar esta cortina de fumaça, os republicanos usaram o poder de persuasão da imprensa, que “sistematicamente transforma em ‘fatos’ o que frequentemente não passa de interpretações de conjuntos de eventos complexos e confusos” (Fairclough, 2001, p.201).

Há um desafio metodológico em ler as anotações da caderneta de campo, dos artigos e reportagens de Euclides sobre Canudos e ainda sua obra-prima, *Os Sertões*, a partir de conceitos

que costumam ser empregados para analisar a proliferação de *fake news* nos meios digitais, como teorias da conspiração, fatos alternativos³, guerra de narrativas⁴ e *rabbit holes*,⁵ entre outros. Corre-se o risco de olhar um passado em que os insultos e boatos eram impressos (Lustosa, 2000) com as lentes de hoje, quando são amplificados pelas redes sociais, algoritmos e robôs.

No entanto, abordar a Guerra de Canudos como fruto de uma teoria da conspiração amplamente veiculada na imprensa oitocentista a partir de uma enxurrada de notícias falsas permite enxergar que campanhas de desinformação não se restringem a sites, blogueiros, tuiteiros, youtubers e influencers. Reforçar a credibilidade e conseqüentemente superioridade do que é veiculado na grande imprensa tem sido uma forma de o jornalismo tradicional tentar recuperar sua autoridade, mas também de disfarçar seu histórico de manipulação da opinião pública. Sem a concorrência do rádio, da tevê e da internet, centenas de jornais disputavam a arena pública no final do século 19 e mesmo no início do 20, cada um apresentando sua própria versão dos fatos, direcionada para um leitor específico.

Mais do que comparar teorias da conspiração divulgadas pelos jornais no passado com as veiculadas nas redes, o que se propõe aqui é identificar as estratégias discursivas de uma espécie de jornalismo de persuasão, parente próximo da propaganda, e muito distante do ideal de objetividade, imparcialidade e neutralidade posteriormente consagrado, embora nem sempre praticado pela grande imprensa. Abertamente partidário e opinativo, o jornalismo de persuasão investe numa hábil costura de fatos de forma a provocar um efeito: inflamar a opinião pública contra alguém ou alguma coisa.

Num momento em que a análise das estratégias retóricas de desinformação ganha extrema relevância para o campo da Comunicação, voltar à era do publicismo e ler a Guerra de Canudos como exemplo de teoria da conspiração bem-sucedida permite ver como uma grande campanha de desinformação pode ser gerada a partir de notícias falsas. E ainda, como um

³ A expressão "fatos alternativos" (*alternative fakten*) foi considerada a "despalavra do ano" de 2017 na Alemanha. A expressão indica a tentativa de substituir argumentos factuais por afirmações que não podem ser comprovadas, influenciando assim o debate público (Deutsch Welle, 2017).

⁴ Expressão que se refere a interpretações diferentes, ideologicamente orientadas, de um mesmo acontecimento.

⁵ Metáfora inspirada pelo livro *Alice no País das Maravilhas*, em geral se refere a uma situação em que um indivíduo entra num túnel e não consegue sair. No contexto atual, a um fenômeno em que a atenção do internauta é capturada por um determinado tema e ele se dedica a procurar incansavelmente pistas e explicações, mesmo que bizarras (Schulz, 2015).

discurso de ódio ser lentamente consolidado, levando a uma guerra com milhares de mortos de ambos os lados.

Em sua retórica, as notícias falsas que transformaram Canudos num caso de vida ou morte não eram muito diferentes do que entendemos por *fake news* hoje. Apesar de, na definição de Eugênio Bucci, as *fake news* serem identificadas como "uma nova modalidade de mentira" (Bucci, 2019, p. 38), as notícias falsas do final do século 19 também se passavam por um relato jornalístico, assim como partiam de fontes desconhecidas ou de autoria forjada, e eventualmente usavam fatos reais descontextualizados. Se não dependiam das tecnologias digitais, como as atuais, usaram a imprensa escrita para ganhar escala e velocidade. Explorando o medo e a indignação, os jornais esgotavam-se em pouco tempo.

Difundida por intelectuais ativistas como Euclides da Cunha e pela imprensa do final do século 19, a suspeita de que monarquias europeias estariam por trás da incrível reação dos moradores de Canudos à sucessivas tentativas de invasão do Exército republicano culminou com a transformação do beato Antônio Conselheiro num inimigo público nacional. Sintomaticamente usando como sinônimos as palavras sertanejo e jagunço, a imprensa da época pintou os seguidores de um dos vários líderes religiosos que vagavam pelo sertão nordestino como criminosos armados, sustentados e treinados pelas grandes potências, como a Inglaterra. Com isso, indiretamente justificou a violência contra toda uma população civil, inclusive mulheres e crianças, demonizados como jagunças e jaguncinhos. Uma mostra de que, se jornalistas são capazes de fabricar heróis, também o são de inventar vilões. Numa guerra, costuma-se dizer, a primeira vítima é sempre a verdade.

1. Euclides e a teoria da conspiração monarquista

Em seu estudo sobre teorias da conspiração, Joseph Uscinski as define como "uma explicação de eventos históricos, contemporâneos ou futuros que citam como principal fator acusar um grupo de pessoas poderosas, os conspiradores, atuando em segredo para seu próprio benefício contra o bem comum" (Uscinski, 2018, p. 234). Em geral, se baseiam na crença de que os fatos e eventos são secretamente manipulados por trás dos panos por forças poderosas, como afirma o *Conspiracy theories: guide and recommendation*, publicado pelo *Compact (Comparative*

Analysis of Conspiracy Theories) Education Group, uma *network* de 150 *scholars* de todas as partes da Europa que investiga as causas e consequências das teorias da conspiração (Compact Education Group, 2020).

As teorias da conspiração sugerem que os eventos históricos são o resultado de uma trama deliberada e personalizada, em vez de forças sociais e condições estruturais. Não raro são respostas simplificadas ou distorcidas a problemas complexos ou incidentes inexplicáveis, como foi o caso das várias vitórias de um bando de sertanejos rudes, mal alimentados e mal armados sobre o Exército brasileiro, que dispunha de tecnologia de ponta para a época, como a metralhadora e a dinamite. Embora muitas vezes tratadas como idênticas, *fake news* e teorias da conspiração são conceitos diferentes, assim como desinformação deliberada (*desinformation*) e informação equivocada (*misinformation*).

Primeiro, nem todas as notícias falsas afirmam que uma trama sinistra está acontecendo. Em segundo lugar, os produtores de desinformação sabem que estão espalhando mentiras. Eles fazem isso intencionalmente para criar confusão, mobilizar seu público ou difamar oponentes. Por outro lado, a grande maioria daqueles que articulam teorias da conspiração acredita genuinamente no que estão dizendo. Eles estão convencidos de que estão ajudando a revelar a verdade. No entanto, também existem aqueles que espalham teorias da conspiração que não necessariamente acreditam em si mesmos para fazer dinheiro e/ou para atingir determinados objetivos políticos. Especialmente na era da internet, algumas pessoas lucraram com a divulgação de teorias da conspiração que provavelmente não acreditam plenamente em si mesmas. Da mesma forma, os políticos populistas costumam usar teorias da conspiração estrategicamente para mobilizar seus seguidores. Nesses casos, teorias da conspiração e notícias falsas são de fato idênticas (Compact Education Group, 2020, s/p).

Teorias da conspiração em geral são construídas intencionalmente ou amplificadas por razões estratégicas e políticas. Apesar de não se basearem em fatos e conspirações reais, nada impede que elas ganhem projeção, levando à polarização da opinião pública, radicalização política e episódios violentos. (Lewandowsky; Cook, 2020). Muitos dos elementos que constituem qualquer manual de teoria conspiratória estavam presentes na teoria compartilhada por Euclides e os maiores Rego Moraes que levou ao massacre da população de Canudos:

1. Um alegado plano secreto.
2. Um grupo de conspiradores.
3. “Elementos de prova” que parecem confirmar a teoria da conspiração.

4. Falsas sugestões de que nada acontece por acaso e que não há coincidências, de que nada é o que parece e tudo está interligado.
 5. A divisão do mundo entre “bons” e “maus”.
 6. A designação de pessoas ou grupos como bodes expiatórios.
- (Comissão Europeia/UNESCO, 2022, s/p)

Elaborada muito antes de Canudos se tornar um problema nacional, a suspeita de uma conspiração monarquista foi instrumentalizada politicamente para canalizar a comoção da população com a morte do coronel Moreira César, líder da terceira expedição contra Canudos, em março de 1897. Como desdobramento, uma epidemia de notícias falsas se espalhou nos jornais de Norte a Sul do país, deixando os radicais em polvorosa e a população em pânico diante de uma invasão estrangeira que parecia iminente.

Exemplos não faltaram para “provar” a teoria da conspiração de que estaria em curso uma tentativa de restauração monarquista. Em julho de 1897, *O Paiz* revelou ter um documento secreto ligando uma certa *Unión Internacional de los Amigos del Império del Brasil* ao envio de armas à tropa conselheirista. Em agosto, a *Folha da Tarde* narrou a existência de um Comitê Imperialista em Paris, com filial em Buenos Aires e Nova York. E reproduziu um telegrama, supostamente vindo da França, informando que oficiais italianos, austríacos e franceses estariam no Brasil para enfrentar o exército republicano. Notícias falsas se sucederam na imprensa: armamento para Canudos teria desembarcado num porto da Bahia dentro de sacos de alfafa, armas para Canudos também teriam desembarcado em Minas Gerais. No auge da histeria, a imprensa anunciou que cartas suspeitas teriam sido enviadas de Canudos para monarquistas notórios na capital. Outra insólita correspondência, desta vez para João Abade, chefe militar de Conselheiro, teria sido interceptada na Bahia, informando que 18 mil libras teriam sido arrecadadas para a compra de armas em Buenos Aires e Liverpool. “O chefe já vendeu tudo; mora hoje em Petrópolis, que é o nosso centro” (Galvão, 2019, p. 73).

Com menos alarde, a ideia de que a Guerra de Canudos era parte de um movimento internacional para atacar a República aparece nas entrelinhas dos artigos e reportagens que deram origem a *Os Sertões*, livro em que o tema da conspiração monárquica acabaria sendo sintomaticamente expurgado – até mesmo do título inicialmente pensado pelo autor, *A Nossa Vendaia*. Na *Vendaia* original, que Euclides da Cunha conhecia por meio de um romance histórico de Victor Hugo *Quatrevingt-treize*, publicado originalmente em 1874, camponeses monarquistas

realmente se insurgiram contra a Revolução Francesa. O terror foi a resposta da República, que se sentia ameaçada por uma coalizão de países europeus liderada pela Inglaterra para restaurar o antigo regime. O mesmo fantasma que supostamente ameaçaria a República brasileira mais de um século depois.

A favor do escritor sem experiência prévia como repórter é preciso reconhecer que o idealismo que o levava a finalizar seus primeiros textos no jornal *O Estado de S. Paulo* com um ostensivo “Viva a República!” terminaria abalado pela barbárie que testemunhou na fase final da tomada de Canudos pelos militares. Em *Os Sertões*, Euclides ora pinta os moradores como jagunços bárbaros e facínoras ora como sertanejos que só buscavam defender o seu lar. Um ponto fatalmente teria influenciado essa mudança de posição do escritor: o descrédito em que caiu a teoria da conspiração monarquista ao longo dos anos que antecederam à publicação de *Os Sertões*.

2. O poder das notícias inflamatórias

Estratégias de manipulação da opinião pública antecedem a própria imprensa escrita. Como observa Hanna Arendt: “A falsidade deliberada e a mentira descarada são usadas como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada”. A seu ver, “a verdade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos” (Arendt, 1969, p. 14).

Mas, sem dúvida, sua capacidade se expande com os meios de comunicação de massa. Imprensa, rádio, cinema e mais tarde a televisão terão papel fundamental na transformação de notícias em propaganda, em especial a propaganda de guerra. Construídas deliberadamente para causar raiva, indignação e comoção social, as teorias conspiratórias falam direto ao inconsciente.

Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Ela vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem.

Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma fala. (Freud, 2011, p. 16)

Dossiê O Choque dos Acontecimentos: Retórica e Política das Comoções Públicas

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 25, n. 2, 2022

DOI: 10.29146/ecops.v25i2.27904

Numa breve história das teorias da conspiração, não poderiam faltar os *Protocolos dos Sábios de Sião*, forjados na Rússia por volta de 1903. Instrumentalizado pelos nazistas, o texto se passava pela ata de uma reunião em que um grupo de conspiradores planejava implantar uma monarquia judaica para dominar o mundo (United States Holocaust Memorial Museum, 2018). Algo parecido com o Plano Cohen, documento que supostamente teria sido apreendido por militares brasileiros em 1937, listando os passos de um golpe comunista, com o assassinato de autoridades, saques e depredações. Aproveitando-se da comoção gerada, Getúlio Vargas deu o golpe que inaugurou o Estado Novo. Apenas em 1945 a falsidade do documento foi denunciada pelo mesmo general que o divulgou para a imprensa (CPDOC, 2009).

A própria proclamação da República no dia 15 de novembro foi acelerada por um boato espalhado pelo sogro de Euclides da Cunha, que, por sinal, também esteve envolvido numa guerra de narrativas sobre Canudos. O então major Frederico Solon inventou que Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant tinham sido presos e que os batalhões da capital seriam removidos para o interior. A notícia da falsa prisão de duas figuras importantes do movimento republicano se espalhou como pólvora. Apesar da baixa patente, o conspirador Solon seria o responsável por entregar, em nome dos militares, uma intimação dando 24 horas para que o imperador e sua família deixassem o país (Castro, 1995).

Até mesmo a Guerra de Canudos começou com um simples boato, em 1896, quando Antônio Conselheiro encomendou um lote de madeira para a construção de uma nova igreja. Sabe-se que o primeiro lote foi comprado por um emissário sem maiores problemas. Para encomendar o segundo lote, o mesmo emissário escreveu ao coronel João Evangelista de Melo, pedindo para avisar quando chegasse a Juazeiro. Espalhou-se a notícia de que Antônio Conselheiro iria ele próprio à cidade escolher a madeira. “E, como acontece com quase todos os boatos, esse foi se avolumando de momento a momento, de modo que – dentro em pouco – a notícia tinha se transformado numa ameaça tremenda”, lembra o contemporâneo Aristides Milton, com Conselheiro ameaçando invadir a cidade e saquear o comércio (Milton, 2003, p. 36).

3. Cortina de fumaça

“Para apreciar com segurança a nossa atual situação política é indispensável abstrair de elementos destituídos de importância, de fatores secundários, que apenas concorrem para mascarar a verdadeira crise”, advertem os irmãos Moraes Rego, no primeiro dos sete artigos publicado na primeira página do jornal *O Paiz* (Moraes Rego, 1897^a, p.1). O objetivo daquilo que hoje se encaixaria perfeitamente na definição de uma estratégia diversionista seria “dificultar a sua racional explicação com incidentes propositalmente provocados, para o fim de desviar a atenção daqueles a quem incumbe resolvê-la” (Moraes Rego, 1897a, p.1).

No entanto, é exatamente isso o que fazem nos artigos que publicaram em setembro de 1897, pouco antes de grande parte da população de Canudos, calculada em cerca de 25 mil pessoas, ser massacrada pelo Exército republicano. A convocação de batalhões do Acre ao Rio Grande do Sul respondeu ao clamor de uma opinião pública manipulada por uma máquina de notícias falsas, como as divulgadas pelo jornal de Quintino Bocaiuva, que se autointitulava “a folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul”. Abertamente partidário, *O Paiz* defendia a ferro e fogo a República, assim como *O Estado de S. Paulo*, para o qual escrevia Euclides da Cunha.

Como boa teoria da conspiração, fatos disparatados foram cuidadosamente alinhavados pelos irmãos Moraes Rego de modo a mostrar que a Guerra de Canudos começou a ser preparada anos antes, num ponto muito distante da Bahia: o Rio Grande do Sul. “No fundo dessa anormal agitação que se está levantando os delineamentos seguros de uma trama admiravelmente urdida”, proclamam os articulistas, com uma única autoridade, a que teoricamente lhes confere a patente de major do Exército. Para eles, a resistência dos seguidores de Antônio Conselheiro era apenas uma cortina de fumaça. O inimigo era outro.

Como militares e republicanos julgamos um inadiável dever afastar a cortina com que a nossa imprevidência nos está ocultando o futuro e próximo cataclisma, descobrindo aos olhos dos nossos companheiros e correligionários a gravidade do perigo que nos ameaça, para que a todo transe procuremos conjurá-lo, ou, quando não nos seja isso possível, para que nos preparemos a repelir o golpe, não nos deixando imbecilmente colher nas malhas do bem combinado plano (Moraes Rego, 1897a, p1).

Para explicar o complô, os articulistas dividiram a política nacional entre aqueles que consideram verdadeiros republicanos, viúvos de Floriano Peixoto; os viúvos da monarquia e um

terceiro tipo, que eles curiosamente chamam de “plásticos”. Segundo os Moraes Rego, “os restauradores inventaram os *plásticos*, isto é, monarquistas que se declararam republicanos para melhor combater a República”. Com a deposição de Dom Pedro II, em 1889, o até então pequeno Partido Republicano teria se inflado de adesões que só tinham um objetivo: miná-lo.

Desta forma o elemento restaurador, em aparência menos numeroso, manteve-se homogêneo, dirigido por um mesmo sentimento, e o elemento republicano enfraqueceu-se, desequilibrou-se recebendo e prestigiando indivíduos que para ele passaram-se calculadamente com o intuito de anarquizá-lo, dividi-lo, preparando a vitória de seus inimigos irreconciliáveis.” (Moraes Rego, 1897a, p.1).

Ou seja, toda a divisão interna do partido, a crise aberta pelo golpe do marechal Deodoro da Fonseca em 1891, a Revolta da Armada (1891-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895), tudo era culpa de monarquistas travestidos de republicanos: os tais “plásticos”. “Assim procedendo, os nossos inimigos tinham a certeza de fazerem supor o triunfo completo do amor à República e poderem tranquilamente, sem despertar suspeitas, trabalhar para desmorróná-la em ocasião oportuna” (Moraes Rego, 1897a, p.1), garantiam os articulistas.

Como era de se esperar, os militares colocam a culpa do desencanto com a República na imprensa, que teria gerado uma onda de negatividade estimulada pelos “plásticos” enrustidos na direção dos jornais, assim como no *deep state*⁶ da burocracia estatal. “Embora fossem poucos os que se diziam monarquistas, a República sentia-se golpear todos os dias sem saber de onde e de quem lhe partiam os golpes” (Moraes Rego, 1897a, p.1). Um excesso de liberdade de expressão teria levado a este estado de coisas. “Hoje a restauração não é mais um sonho irrealizável, é a aspiração positiva de um partido arregimentado e não combatê-la por todos os meios não é respeitar a liberdade de opiniões, é deixar que cavem impunemente a ruína da República” (Moraes Rego, 1897a, p.1), criticavam os articulistas.

Para os monarquistas, pois, o trabalho preliminar que tinha de preceder a luta armada com seus adversários compõe-se de duas partes: uma consistindo em arregimentar o grupo declaradamente restaurador, outra tendo por fim dirigir no seio do próprio partido republicano o elemento plástico. Desde a dupla tarefa foram incumbidos vários chefes, sendo a segunda especialmente confiada ao republicano Silveira Martins. Em tais condições o elemento restaurador podia abrir luta quando julgasse conveniente, sem

⁶ Literalmente “organizações como as militares, policiais ou grupos políticos que supostamente trabalham secretamente com o objetivo de proteger interesses particulares e governar o país sem terem sido eleitas” (Cambridge Dictionary, 2022).

comprometer o prestígio moral de seu partido, no caso de uma derrota, pois os conflitos seriam apreciados nos centros europeus e pela massa dos ignorantes indígenas como resultados da desordem entre os próprios republicanos e da inoportunidade das novas instituições no meio brasileiro. (Moraes Rego, 1897a, p.1).

Segundo os articulistas, os “plásticos” teriam se infiltrado nos comitês republicanos, como no Rio Grande do Sul. Liderado por Gaspar Silveira Martins, o partido federalista defendia o parlamentarismo e o liberalismo. Enquanto isso, comandados por Júlio de Castilhos, seus adversários preferiam o modelo autoritário de Floriano Peixoto. Entre 1893 e 1895, os republicanos gasparitas e castilhistas enfrentaram-se na sangrenta Revolução Federalista. Além do temido coronel Moreira César, apelidado de “Corta-cabeças” (Cunha, 2018, p. 441), três dos quatro generais que cercaram Canudos lutaram nesta guerra, ganha pelos castilhistas.

Ao final do primeiro artigo, os irmãos Moraes Rego finalmente começam a ligar os pontos. Se no Sul do Brasil o motivo do enfrentamento entre republicanos “legítimos” e “plásticos” se beneficiou da excitação dos gaúchos em torno de temas políticos, no Norte despolitizado o elemento desencadeador de uma rebelião teria de ser outro: a religião.

Quando julgaram os chefes adiantado o trabalho dos plásticos, resolveram ensaiar o estado da situação por um conflito armado; e para prevenir as consequências de um desastre, compreenderam a necessidade de um princípio que justificasse a luta, afastasse qualquer desconfiança de restauração e ao mesmo tempo se prestasse a exploração dos sentimentos das populações onde fosse necessário iniciá-la.

Achando-se arregimentado e forte o partido gasparita e sendo nos gaúchos as inclinações políticas mais excitáveis que as disposições religiosas, principiaram o conflito pelo sul, arvorando os insurrectos a bandeira republicana parlamentarista, ficando o motivo religioso para ser mais tarde utilizado, quando fosse preciso justificar o movimento para as bandas do norte, onde os sertanejos pouco inclinados à política são mais suscetíveis ao fanatismo religioso por Cristo ou outro qualquer santo que lhes queira dar. (Moraes Rego, 1897a, p.1).

Em pleno 1897, guerra de Canudos é então instrumentalizada para comprovar a teoria de um complô que já tinha sido aventado em 1893, no jornal *O Jacobino*. Na época, uma série de artigos intitulados “O sebastianismo em São Paulo” já apontava a participação de republicanos históricos numa suposta conspiração monarquista para trazer de volta a família imperial.

Em decorrência dessas denúncias, explodiram conflitos de rua em São Paulo e a Câmara Municipal proibiu a venda do referido jornal. Como se percebe, a imagem de Canudos

como um foco restaurador encontraria terreno mais que propício para a sua disseminação. Portanto, a obsessiva recorrência de Euclides à temática da restauração monárquica ecoava uma crença generalizada nos meios republicanos. (Moreira, 2007, s/p)

Quatro anos depois dos conflitos entre monarquistas e florianistas em São Paulo, os irmãos Moraes Rego retomam a teoria da conspiração, acrescentando novos fatos. Em seu segundo artigo sobre Canudos, publicado no 5 de setembro de 1897, saem em defesa dos jacobinos, com quem visivelmente se identificavam, negando a qualificação de extremista com que o grupo de ardentes seguidores de Floriano Peixoto acabaria eternizado na história da Primeira República, mesmo após a morte de seu grande mito.

Os interesses políticos e pessoais logo determinaram no elemento republicano a separação em dois grupos: um inteiramente radical, tendo como norma irrevogável de conduta a continuação da política energética e tranquilizadora do governo anterior, outro contando em seu seio espíritos moderados, conciliadores e radicais, a ele filiados por disciplina política, mas em grande parte composto de indivíduos tímidos, medíocres, sem orientação alguma e que por isso mesmo deviam ser mais tarde transformados em instrumento dos adversários para, em ocasião oportuna, provocarem a cisão do partido. Aos primeiros denominaram florianistas ou jacobinos, e os segundos já vinham arregimentados sob a denominação geral de partido republicano federal. (Moraes Rego, 1897b, p.1)

Uma enorme injustiça com os jacobinos, segundo os autores, que não passavam de inocentes “florianistas, defensores incondicionais da autoridade constituída”. Uma “generosa mocidade” formada por homens de bem que, devido a uma “desbragada campanha de difamação” urdida pelos plásticos, “foram apontados como incorrigíveis desordeiros, corações sanguinários, como uma ameaça perene à estabilidade da República” (Moraes Rego, 1897b, p.1); especialmente após os jacobinos irem às vias de fato contra o coronel Gentil José de Castro, proprietário dos jornais *Gazeta da Tarde* e *Gazeta da Liberdade*. Acusado pelo jornal *A República* de ter feito remessas de armas a Antônio Conselheiro, a partir das cidades de Sete Lagoas e Curvelo, Gentil de Castro teve a casa incendiada e foi morto a tiros quando tentava fugir para Petrópolis (Celso, 1897).

O crime ocorreu no dia seguinte ao fatídico 7 de março de 1897, quando os jacobinos foram às ruas do Rio e São Paulo e destruíram as redações de vários órgãos de imprensa

identificados com o velho regime. Em *Os Sertões*, Euclides vai narrar a comoção que se seguiu à morte de Moreira César e a radicalização que levou ao empastelamento dos jornais:

Já era tarde e a excitação do povo aumentava na proporção de sua massa sempre crescente; assim nesta indignação lembraram-se dos jornais monarquistas, e todos por um, em um ímpeto de desabafo, foram às redações e tipografias dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*, e, apesar de ter a polícia corrido para evitar qualquer assalto a esses jornais, não chegou a tempo de evitá-lo, pois a multidão aos gritos de viva a República e à memória de Floriano Peixoto invadiu aqueles estabelecimentos e destruiu-os por completo, queimando tudo.

Então começaram a quebrar e inutilizar tudo quanto encontraram, atirando, depois, os objetos, livros, papéis, quadros, móveis, utensílios, tabuletas, divisões etc., para a rua de onde foram logo conduzidos para o largo de S. Francisco de Paula, onde formaram uma grande fogueira, ficando outros em montes de destroços na mesma rua do Ouvidor (Cunha, 2018, p. 498)

Mais do que a morte de Moreira César em si, o motivo, como Euclides admite, foi a difusão em larga escala da teoria da conspiração monarquista. “Era preciso uma explicação qualquer para sucessos de tanta monta. Encontraram-na: os distúrbios sertanejos significavam pródromos de vastíssima conspiração contra as instituições recentes”, afirma em *Os Sertões* (Cunha, 2018, p. 498). O trecho marca um ponto de inflexão no apoio do escritor ao ideário florianista, além de uma crítica severa ao papel da imprensa e sua obsessão pelo “espantalho monárquico” que ele próprio ajudou a montar. Sintomaticamente, Euclides da Cunha escreve na primeira pessoa do plural, quando se pergunta: “Exageramos?”. Em seguida, reconhece que os jornais usavam uma linguagem persuasiva. “Deletreemos, ao acaso, qualquer jornal daqueles dias. Doutrinava-se”, afirma. E o que os jornais diziam com todas as letras? “Trata-se da restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista” (Cunha, 2018, p. 498).

Embora prometa desde o início esclarecer os bastidores desta suposta conspiração, apenas no terceiro artigo dos irmãos Rego Moraes, publicado em 7 de setembro de 1897, Canudos entra efetivamente em cena. Segundo os autores, com a vitória dos florianistas no Rio Grande do Sul, restava aos plásticos: “1º, diminuir a força armada com que contava o governador; 2º, enfraquecer-lhe a influência política, separando-o do governo da União”.

Como solução a 1 ficou desde logo combinado organizar-se forte resistência localizada no norte. Desta forma nem só se poderia forçar a retirada da força federal, bastante numerosa, como aproveitar as circunstâncias do conflito para aniquilar e desmoralizar o

exército, que tão prestigiado vinha do governo do marechal Floriano. (Moraes Rego, 1897c, p.1).

Os teóricos da conspiração afirmam que a Igreja tomou partido pela monarquia, preparando “previamente o interior do grande Estado do Norte, incitando nos corações sertanejos um ódio implacável à República e exortando-os a combatê-la como um produto da maldição divina” (Moraes Rego, 1897c, p.1). O temido Antônio Conselheiro não passaria de uma marionete dos monarquistas de batina.

Afim de prevenirem futuras responsabilidades, no caso de insucesso, corporificaram aquela diabólica aliança político-clerical na pessoa de um antigo e poderoso cabo eleitoral, que há muito conseguira dominar o espírito ignorante de grande número de seus conterrâneos, cercando a sua vida de misteriosa lenda e fingindo purificar-se com flagelações cruéis.

Ficou assim Antônio Conselheiro investido pelos padres do caráter de santo, e pelos políticos elevados ao posto de general. Desta forma podia-se ocultar a intervenção restauradora dos políticos, atribuindo o movimento a uma questão religiosa, o mascarar a intervenção do clero, explicando a questão religiosa como simples resultado de um ignorante fanático.

Propalada a notícia da miraculosa transformação do famigerado Conselheiro, pejaram-se os sertões de crentes, em casa um deles contando a República um inimigo feroz, disposto a combatê-la até ao sacrifício, certo de que preparava para sua pobre alma sofredora um paraíso de indizíveis venturas (Moraes Rego, 1897c, p.1).

Em seguida entraram em atividade os comitês no estrangeiro e os plásticos infiltrados no governo para enviar aos sertões baianos todos os recursos e treinamento bélico, dinheiro para contratação de mercenários e espiões, além de “víveres em quantidade e dinheiro a rodo” (Moraes Rego, 1897c, p.1). É certo que, ao final, os próprios articulistas reconhecem que não têm provas a mostrar ao leitor, apenas convicções.

Estas conclusões que resultam da análise rigorosa e desapaixonada dos acontecimentos que precederam o conflito, mesmo quando não aparecessem documentos positivos que as comprovassem, nada perderiam de valor nem deixarem de ser menos verdadeiras, pois isso simplesmente indicaria a conduta cautelosa dos nossos adversários (Moraes Rego, 1897d, p.1).

A questão é até que ponto Euclides tinha consciência de que a teoria da conspiração monarquista não passava de uma cortina de fumaça quando se dispôs a testemunhar para os leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* o que acontecia nos confins da Bahia? Em carta ao amigo Bueno Brandão, em 9 de novembro de 1895, portanto dois anos antes de os irmãos Moraes Rego

desfiarem sua complexa teoria sobre a conspiração restauradora, o próprio Euclides reconheceu que uma luta contra a monarquia, “esperança que agita as cabeças brancas dos velhos fiéis, caducos cavalheiros andantes da Restauração”, poderia ressuscitar os ideais republicanos já enfraquecidos pelo teste de realidade do novo regime. E confessa que intimamente deseja que “o absurdo se realize”.

A História tem também seus absurdos; talvez tenhamos que lhe fornecer mais um. Confesso-vos que a coisa será interessante e – porque não levar ao extremo a confissão? – asseguro-vos que intensa curiosidade dá-me alguma vontade de que o absurdo se realize. Tenho saudades daquela minoria ativa anterior ao 15 de novembro... há tanto republicano hoje... Para mim Restauração teria o valor de fazer ressurgir a legião sagrada mais enérgica e mais orientada, capaz de vencer com mais dignidade e com mais brilho (Cunha, 2020, s/p).

A carta leva a crer que Euclides tinha plena consciência de que os republicanos careciam de um adversário para combater, até para não se digladiarem entre si, e assim forjar uma união nacional. E, de fato, radicalizado pela imprensa e pelo discurso inflamatório dos políticos, criou-se um exogrupo e um endogrupo, uma ideia de “eles” contra “nós” (Dijk, 2015). Baseado numa teoria da conspiração sem fundamentos, a opinião pública se colocou ao lado dos heroicos militares que se dispunham a arriscar a vida para enfrentar a tal guerrilha armada pelos maiores impérios do mundo para instaurar um suposto Terceiro Reinado no Brasil.

4. O sertão de Victor Hugo

Vemos sob determinado ângulo, a partir de ideias pré-determinadas. De certa forma, vemos o que queremos ou estamos preparados para ver. Quando aplicada ao jornalismo, a teoria do enquadramento mostra que como influências estruturais, que vão da linha editorial dos órgãos de imprensa à ideologia dos jornalistas, são determinantes na construção das notícias. A definição do *frame* com que os fatos serão delimitados funcionaria como uma moldura para uma determinada fotografia.

A moldura à volta de uma imagem, se a considerarmos como uma mensagem para dar ordem ou organizar a percepção do observador, diz: “Toma atenção àquilo que está dentro e não tomes atenção àquilo que está fora”. (...) A moldura diz ao observador que na

interpretação da imagem não está a utilizar o mesmo tipo de pensamento que usa na interpretação do papel de parede (Bateson, 1972, p. 207).

Apesar da tradicional separação entre literatura e jornalismo no que se refere ao valor da imaginação, o enquadramento da Guerra de Canudos pelo repórter Euclides da Cunha deve muito a um livro de ficção: *Noventa e Três*, de Victor Hugo (1954). O romance histórico, publicado originalmente em 1874, narra a violenta reação de camponeses da região de Vendeia à Revolução Francesa. O fatídico ano de 1793 foi marcado pela indignação de parte da população com a morte do rei Luís XVI na guilhotina, novos impostos e velhos problemas, como a fome. Mas a gota d'água para a revolta foi uma ordem de recrutamento forçado de nada menos do que 300 mil camponeses para lutar contra forças internacionais que estariam interessadas em restaurar a monarquia na França.

Armados apenas com foices, os moradores se insurgiram contra os soldados republicanos. Calcula-se que quase 300 mil pessoas tenham morrido na Guerra da Vendeia, que durou até 1796, quando as forças do governo usaram o terror para retomar a região, num banho de sangue que não poupou velhos, mulheres nem crianças (Moreira, 2007). Em Canudos a tragédia se repetiria, ampliada pela farsa da conspiração monarquista europeia.

De fato, aquele aglomerado de gente perdida nos confins do sertão só tinha, quando tinha, uma vaga ideia do que significava viver sob regime republicano e não mais sob regime monárquico. Sabe-se, por exemplo, que Antonio Conselheiro achava de péssima moralidade que os republicanos tivessem expulsado do Brasil a família real, na qual figurava a Princesa Isabel que assinara a lei de libertação dos escravos. Muitos destes se contavam entre os seguidores de Antonio Conselheiro. Outra restrição sua era a instituição do casamento civil, que retirava do casamento o caráter de sacramento e o transformava num contrato como outro qualquer. Estas duas objeções se encontram documentadas num manuscrito atribuído a Antonio Conselheiro, reunindo sermões e prédicas, recentemente publicado. Tanto bastava para que o arraial de Canudos fosse transformado no foco de uma conspiração restauradora com ramificações nacionais e internacionais. Uma vasta rede monarquista, com sede em Paris, Nova Iorque, Londres e Buenos Aires, munida de recursos financeiros infinitos, enviando continuamente armamento moderníssimo através de seus eficientes canais secretos, providenciando especialistas estrangeiros que vinham treinar os rebeldes, movimentava-se para tomar o poder no Brasil. De todo esse movimento, Canudos era apenas o foco provocador, abertamente insurgente, que aglutinaria o Exército enquanto o resto do país ficaria desguarnecido e presa fácil das forças conspiradoras. O único problema é que nada disso nem existia nem Antonio Conselheiro fora informado (Galvão, 1981, p. 72).

Em seu primeiro artigo sobre a guerra nos confins da Bahia, intitulado *Nossa Vendeia* publicado em 14 de março de 1897, Euclides da Cunha compara o fanatismo religioso dos canudenses com o dos camponeses franceses, “habilmente aproveitado pelos propagandistas do império” (Cunha, 2000, p. 51). Em 17 de julho, é publicada uma continuação do artigo, com o mesmo título. O autor justifica: comparar Canudos à Vendeia seria uma “aproximação histórica” capaz de explicar as derrotas dos militares brasileiros, fenômeno que também teria acontecido inicialmente com as forças francesas. Logo após endossar a teoria da conspiração monarquista, Euclides ganharia seu cobiçado passaporte para a guerra. Em agosto foi enviado ao teatro de operações em Canudos, com uma ideia fantasiosa do que lhe esperava.

Que a nossa Vendeia se envolva num largo manto tenebroso de nuvens, avultando além em contraste com os deslumbramentos do grande dia tropical que nos alenta como a sombra de uma emboscada; rompê-la-emos em breve com as fulgurações da metralha e o cintilar vivíssimo de espadas (Cunha, 2000, p. 68).

Euclides volta de Canudos ainda preso ao imaginário da Revolução Francesa. Em 23 de outubro de 1897, o *Jornal do Comércio* descreve com detalhes o livro que se chamaria *A Nossa Vendeia*, o mesmo dos artigos publicados antes de Euclides ir a campo (Galvão, 2009, p. 210). O fato de ter mudado de ideia cinco anos depois e trocado o nome para *Os Sertões* é o principal sintoma da mudança de posição do autor, que, com isso, reconhece que a narrativa de que Antônio Conselheiro seria líder de uma conspiração monarquista internacional era página virada após a guerra acabar e nenhuma confirmação ter sido encontrada pelos militares. O melhor a fazer era se afastar dela, assim como fez *O Estado de S. Paulo*, que desistiu de publicar o livro.

Nas páginas sobre a dramática tomada de Canudos, manteve apenas duas referências a Victor Hugo. A primeira, comparando a natureza agreste da região com a da Vendeia, é em parte cópia do que o autor já tinha sido publicado na imprensa. Mas, nas entrelinhas da segunda referência, Euclides volta a usar a primeira pessoa do plural para fazer uma *mea culpa* em relação à teoria da conspiração monarquistas. “Abreviamos o espírito ao conceito estreito de uma preocupação partidária”, reconhece. “Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes.”

E Canudos era a Vendaia...

Entretanto, quando nos últimos dias do arraial foi permitido o ingresso nos casebres esotraçados, salteou o ânimo dos triunfadores decepção dolorosa. A vitória duramente alcançada dera-lhes direito à devassa dos lares em ruínas. Nada se eximiu à curiosidade insaciável (Cunha, 2018, p. 318).

Mas nada foi encontrado, admite.

4. O repórter fardado

Enquanto esteve em Canudos, Euclides buscou insistentemente por provas da conspiração monarquista. Seus artigos lançaram uma onda de mistério sobre o armamento dos jagunços. O trecho abaixo está presente, com pequenas modificações, na caderneta de campo usada por Euclides e na reportagem de 26 de setembro de 1897:

Não é possível que a munição de guerra daquela gente seja unicamente devida às deixadas pelas expedições anteriores. A nossa esgota-se todos os dias; todos os dias entram comboios carregados e no entanto, já nos faltam às vezes.

Como explicar essa prodigalidade assombrosa dos jagunços?

Não nos iludamos. Há nesta luta uma face misteriosa que deve ser desvendada (Cunha, 2009, p. 65).

Já em *Os Sertões*, o autor vai extirpar a “face misteriosa” do armamento dos conselheiristas. Apenas diz que “não se compreendia que os jagunços tivessem ainda, após tantos meses de luta, tanta munição de guerra” (Cunha, 2018, p. 723) Euclides não foi o único a escavar este buraco sem fundo ou *habbit hole*. Tudo leva a crer que as fontes da desinformação foram os militares, mais do que a imaginação dos jornalistas. O próprio autor confirma isso em uma anotação em sua caderneta de campo.

O general Artur Oscar, restabelecido de ligeiro incômodo mostrou-me agora diversos tipos de balas caídas no tiroteio à noite. São de aço, semelhantes à da Manlicher algumas, mas desconhecidas. São inegavelmente projetis de armas modernas que não possuímos. Tudo isso faz acreditar que tem raízes mais fundas esta conflagração dos sertões (Cunha, 2009, p. 67).

No entanto, em outra reportagem, Euclides reproduz uma carta em que o coronel Carlos Telles se nega “a adular a verdade para encarecer Canudos”, garantindo que nunca existiram balas explosivas ou qualquer armamento mais potente que não tivesse sido tomado das

expedições anteriores (Cunha, 2000, p. 242). No livro, o escritor vai enterrar de vez a suspeita de que os jagunços recebessem armas do exterior, tecnologicamente superiores às usadas pelo Exército, dizendo que não passava de superstição.

Imaginavam-lhe recursos extraordinários. As próprias balas que usavam revelavam efeitos extravagantes. Crepitavam nos ares com estalidos secos e fortes, como se arrebatassem em estilhaços inúmeros. Criou-se, então, a lenda, depois insistentemente propalada, das balas explosivas dos jagunços. Tudo a sugeria. Aceita ainda a hipótese de previrem os estalos do desigual coeficiente de dilatação entre os metais constituintes do projétil, expandindo-se o núcleo de chumbo mais rapidamente do que a camisa de aço, a natureza excepcional dos ferimentos afigurava-se eloquentíssima: a bala, que penetrava os corpos mal deixando visível o círculo do diminuto calibre, saía por um rombo largo de tecidos e ossos esmigalhados. Tais fatos arraigavam na soldadesca, inapta ao apercebimento da lei física que os explicava, a convicção de que o adversário, terrivelmente aparelhado, requintava no estadear a selvageria impiedosa (Cunha, 1905, p. 594).

Por serem repórteres mais experientes, ou quem sabe por serem menos partidários do que o correspondente de *O Estado de S. Paulo*, nem todos os jornalistas compraram cegamente a tese da conspiração restauradora. Embora a maior parte dos enviados a Canudos fosse de militares reformados, como Euclides, ou mesmo combatentes, como o tenente coronel Siqueira de Menezes, correspondente do jornal *O Paiz*, alguns deles chegaram a incomodar o Exército. Manoel Benício, do prestigioso *Jornal do Comércio*, desistiu da cobertura ao ser ameaçado de morte por suas reportagens. O telégrafo, pela primeira vez usado pela imprensa brasileira numa guerra, funcionava como um dispositivo de censura, tudo o que os jornalistas escreviam passava pelo crivo dos donos, os militares. “É necessário não dizer a verdade para que os telegramas, ainda assim, finjam que são transmitidos”, reclamava constantemente o jornalista Favila Nunes para os leitores da *Gazeta de Notícias*. (apud Galvão, 2019, p. 194).

Costuma-se dizer que Euclides da Cunha fora enviado a Canudos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Mas a história é um pouco mais complexa. De fato, foi convidado pelo jornal. Mas, para viabilizar sua ida, o proprietário, Julio de Mesquita, escreveu ao presidente da República, Prudente de Moraes, um telegrama solicitando sua nomeação para o cargo de adido ao estado-maior do ministro da Guerra. O correspondente seguiu para a Bahia com soldo pago pelo Exército. “Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano”, garantiu Mesquita

no pedido (apud Galvão, 2009, p. 206). Aparentemente o jornalista viajou fardado, já que fez referências ao dólmã na caderneta de campo nos dias 31 de agosto e 4 de setembro.

Com o fim do conflito, ficou cada vez mais claro para a opinião pública que não havia mercenários estrangeiros, nem armamento diferente do que os soldados tinham abandonado pelas estradas de Canudos em expedições anteriores. Euclides buscou, então, outra função para seu livro, o que pode explicar muitas das contradições encontradas em suas páginas. Em carta a Francisco Escobar, em 21 de abril de 1902, assumiu o papel heroico que não desempenhou como repórter, quando se calou sobre os erros do Exército, como o massacre de prisioneiros, inclusive mulheres e crianças: “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária” (Cunha, 2020, s.p). Poucas linhas sobre a teoria de que Canudos era a nossa Vendaia permanecerão em *Os Sertões*, nenhuma delas dizia respeito à teoria de uma nova conspiração restauradora.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. *Crises da República*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1969.

ALMEIDA, L. As duas repúblicas de um intelectual desiludido – a política como força motriz na vida e obra de Euclides da Cunha. In: *Anais... ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza*, 2009. 8 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_7955f6e22799ed16572e45a4f0a27dd2.pdf>. Acesso em 16 jun. 2022.

BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind*. Jason Aronson Inc., Northvale, New Jersey, London, 1972.

BUCCI, E. News não são fake - e fake não são news. In: BARBOSA, Mariana (org.). *Pós verdade e fake news, reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY. *Deep state*. Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/deep-state?q=deep-state>>. Acesso em 16 jun. 2022.

CASTRO, C. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1995.

CELSO, A. *O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro: (subsídios para a história do regimento republicano no Brasil)*. Paris: 1897. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4118>>. Acesso em 16 jun. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. *Identificando as teorias da conspiração*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/fighting-disinformation/identifying-conspiracy-theories_pt>. Acesso em 20 julho 2022.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Plano Cohen*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>>. Acesso em 16 julho 2022.

COMPACT (Comparative Analysis of Conspiracy Theories Education Group). *Guia para teorias da conspiração*, 2020. Disponível em <https://conspiracytheories.eu/_wp/wp-content/uploads/2020/05/COMPACT_Guide-Portuguese_.pdf>. Acesso em 20 de agosto 2022.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Caderneta de campo*. ANDRADE, Olímpio de Souza (Org.). Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2009.

_____. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices: BERNUCCI, Leopoldo. São Paulo: Ateliê Editorial, SESI-SP editora (coedição), 2018.

_____. Correspondência. In: ANDRADE, J. de (Org.). *EUCLIDESITE: vida e obra de Euclides da Cunha*. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>>. Acesso em: 7 junho 2022.

DIJK, T. van. *Ideologia*. Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 50, dezembro 2015.

DEUTSCH WELLE. *"Fatos alternativos" é a "despalavra" de 2017*. Publicado em 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fatos-alternativos-%C3%A9-a-despalavra-de-2017/a-42167560>>. Acesso em: 16 junho 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREUD, S. *Freud (1920-1923) - Obras completas volume 15: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GALVÃO, W. *Gatos de outro saco*. Ensaios críticos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. Recife: Cepe Editora, 2019.

HUGO, Victor. *Noventa e três*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.

LEWANDOWSKY, S.; COOK, J. *O Manual das Teorias da Conspiração* 2020. Disponível em: <https://www.climatechangecommunication.org/wp-content/uploads/2020/05/ConspiracyTheoryHandbook_Portuguese.pdf>. Acesso em: 18 junho 2022.

LUSTOSA, I. *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na independência 1821 – 1823*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

MILTON, A. *A campanha de Canudos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

MORAES REGO, Majores. Canudos I. In: *O Paiz n.º 4718*. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1897 (a).

_____. Canudos II. In: *O Paiz n.º 4720*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1897 (b).

_____. Canudos III. In: *O Paiz n.º 4722*. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1897 (c).

_____. Canudos IV. In: *O Paiz n.º 4724*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1897 (d).

_____. Canudos V. In: *O Paiz n.º 4727*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1897 (e).

_____. Canudos VI. In: *O Paiz n.º 4729*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1897 (f).

_____. Canudos (Conclusão). In: *O Paiz n.º 4737*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1897 (g).

MOREIRA, R. *A nossa Vendéia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os sertões*. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/dissertacoes/moreira.pdf>. Acesso em: 7 junho 2022.

SCHULZ, K. *The rabbit-hole rabbit hole*. In: *The New Yorker*. Publicado em: 4 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/the-rabbit-hole-rabbit-hole>>. Acesso em: 16 junho 2022.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Os protocolos dos sábios de Sião*. In: *Enciclopédia do Holocausto*. Washington, D.C., 2018. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>>. Acesso em: 16 junho 2022.

USCINSKI, J. *The Study of Conspiracy Theories*. University of Sassari: *Argumenta* 3, 2, pp. 233-245. Disponível em: <https://www.academia.edu/34790823/The_Study_of_Conspiracy_Theories>. Acesso em: 18 julho 2022.

Cristiane Costa - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Professora do curso de Jornalismo e doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. É autora de *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil* (Companhia das Letras, 2004), pesquisa premiada com a Bolsa Vitae de Literatura. Atualmente desenvolve na Universidade da Califórnia-Davis, sob supervisão de Leopoldo Bernucci, pesquisa de pós-doutorado sobre um exemplar de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, anotado pelo homem que matou seu autor, o militar Dilermando de Assis, intitulada *Eu Vejo Teus Erros*.

Email: cristiane.costa@eco.ufrj.br

Maria Luise Brey - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

É aluna do curso de graduação em Jornalismo da Eco-UFRJ, monitora e pesquisadora do projeto Eu Vejo Teus Erros, que analisa a marginália do homem que matou Euclides da Cunha em um exemplar da terceira edição de *Os Sertões*.

Email: marialuise.assis@discente.eco.ufrj.br

Luana Neves Azevedo - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Aluna do curso de graduação em Jornalismo da Eco-UFRJ e pesquisadora do projeto Eu Vejo Teus Erros, que analisa a marginália do homem que matou Euclides da Cunha em um exemplar da terceira edição de *Os Sertões*.

Email: luana.azevedo@discente.eco.ufrj.br